

ILUSTRÍSSÍMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E/ OU PREGOIEIRA DO  
SAAE ITABIRA MG

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SAAE/IRA N° 027/2021

PROCESSO 109/2021

**MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem, na qualidade de licitante, com fulcro no art. 44, do Decreto 10.024/ 2019, apresentar:

**RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO**, pelas razões adiante descritas:

**I- DA LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE**

A legitimidade para apresentação de Recurso Administrativo está prevista no art. 44, caput, do Decreto 10.024/ 2019, que assim dispõe:

Art. 44 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º: as razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

No dia 19/11/2021 foi publicado como arrematante esta recorrente, e a empresa Hydro Tech Brasil manifestou interesse em impetrar recurso. Tendo seu prazo encerrado no dia 23/11/2021.

Na data do dia 23/11/2021 foi lançado no sistema a inabilitação desta recorrente, razões de tal recurso que ora apresenta.

Ainda que não tenha registro em sistema sobre o recurso da empresa Hydro Tech Brasil, esta recorrente encontra-se no prazo de três dias subsequentes, a findar em 26/11/2021, e de igual forma, dentro do prazo de três dias do registro da inabilitação em 23/11/2021 e também a findar em 26/11/2021.

Nestes termos, a Licitante é legitimada a apresentar Recurso administrativo contra decisão de inabilitação no certame, sendo o presente recurso tempestivo.

## **II- DAS RAZOES DE FATO E DIREITO**

Em breve síntese, a licitação na modalidade Pregão eletrônico promovida pelo SAAE Itabira Mg, consiste na **“Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia necessários para fornecimento e instalação de Fossas Sépticas com Filtros Anaeróbicos e Biodigestores em algumas comunidades rurais no município de Itabira MG, conforme quantidades e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.”**

Segundo consta Memorando, datado de 22/11/2021 (Vinte e dois de novembro de 2021) e assinado pela Sra. Maria Eduarda Oliveira Fonseca (Diretora Técnico Profissional), a recorrente foi considerada inabilitada por descumprimento à cláusula 10.2.4.3 do Edital, **o que não merece prosperar.**

Como requisito de Habilitação técnica prevista no item 10.2.4.3, prevê “ Prova de possuir em seu quadro dirigente ou de pessoal permanente, ou ainda, por meio de contrato de trabalho sem vínculo empregatício, na data da entrega da proposta, profissional (is) de nível superior, responsável (eis) técnico (s) da licitante, detentor (es) de atestado (s) devidamente registrado na entidade profissional competente relativo (s) **a execução de serviços públicos ou privados equivalentes ou superiores a 50% (cinquenta por cento), similares e compatíveis com o objeto desta licitação**, devendo nele (s) constar quantidades, prazos, características dos serviços”

Neste contexto, a Licitante ora recorrente, apresentou o envelope de habilitação contendo toda documentação exigida no edital, em específico o Atestado de Capacidade

Técnica, objeto de questionamento, com total similaridade e compatibilidade do objeto, senão vejamos: Atestado de Capacidade Técnica - Contrato SAAE/ IRA nº 74/2018 (Anexo).

#### Emissários e Ramais

ITEM	CÓD SINAPI	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	UNID	QTDE EXECUTADA	ANEXO I-B
3.2.1	93358	Escavação manual de valas. AF 03/2016	M³	390,22	330,00
3.2.2	79917	Escavação mecânica de vala em material 2ª, categoria de 2,01 até 4,00m de profundidade com utilização de escavadeira hidráulica.	M³	1.458,00	1.000,00
3.2.3	94306	Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade caçamba 0,8 m³/ potência: 111 HP) largura de 1,5 a 2,5 m, profundidade de 1,5 a 3,0 m com solo argiloso arenoso AF 05/2016.	M³	779,00	300,00
3.2.6	90709	Tubo de PVC para rede coletora de esgoto de parede maciça, DN 100mm, junta elástica, instalado em local com nível baixo de interferências, fornecimento e assentamento AF 06/2015.	M	600,00	300,00
3.2.7	90710	Tubo de PVC para rede coletora de esgoto de parede maciça, DN 150 mm, junta elástica, instalado em local com nível baixo de interferências.	M	1.076,00	300,00

Tais atividades apresentadas guardam total similaridade com o objeto do Pregão Eletrônico em tela, inclusive em quantitativos superiores do que previsto no ANEXO I-B do referido edital, conforme comparativo de quantitativo das duas últimas colunas da Planilha.

O art. 30 da Lei 8.666/93 prevê:

**Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II. comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I. Capacitação técnico profissional: Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data

prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra, ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.**

Observa-se que a Lei de Licitações da o devido valor ao Atestado de Capacidade técnica, deixando extremamente claro a importância de se observar as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Assim esta recorrente o fez.

A nossa Constituição da República, converge no mesmo sentido.

Vejamos o Art. 37 da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”

Imperioso mencionar que esta recorrente apresentou elementos suficientes que comprovam sua capacidade técnica, de modo a garantir o cumprimento da obrigação ora licitada.

Esta Licitante foi além ao apresentar atestado de Capacidade Técnica, que contém atividades executadas com maior complexidade, a exemplo: Terraplanagem, Serviço de Saneamento Distribuição de Água, Serviço de Saneamento de Rede de Esgoto, dentre outros.

Com isso, a razão de ser do atestado de capacidade técnica, que representa a segurança de execução total da obra pelo Licitante, está garantida.

Cabe ainda mencionar, que os Atestados apresentados, foram emitidos pelo próprio órgão licitante, em obras já realizadas anteriormente sem nenhuma intercorrência que ameace se à época o cumprimento da obrigação.

Caso haja entendimento de que o cumprimento da Capacidade técnica não tenha sido na integralidade, imperioso ainda considerar todos apontamentos anteriores, e mais do que isso a proposta mais vantajosa à municipalidade.

### III- DA JURISPRUDÊNCIA

#### **Vejamos o posicionamento do TEC-MG sobre o caso em tela:**

DENÚNCIA. UTILIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. MOTIVAÇÃO. VALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA EMPRESA VENCEDORA. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA EMPRESA VENCEDORA. IMPROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO.1. A preferência em favor do pregão eletrônico, estabelecida no caput do art. 2º do Decreto Estadual nº 44.786/08, deve ceder quando as circunstâncias fáticas indicarem que a modalidade presencial é mais vantajosa para a Administração e melhor atende ao interesse público, desde que a opção esteja acompanhada de regular justificativa, nos termos do §1º do mesmo dispositivo. **2. A ausência de fixação de critérios objetivos para aferição de capacidade técnica não pode ser utilizada em prejuízo de licitante, que entendeu possuir a qualificação necessária para participar do certame.**3. **Apresentados todos os documentos necessários a comprovação da qualificação econômico-financeira exigida no edital, não há que se falar em qualquer irregularidade.** [DENÚNCIA n. 997691. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 03/09/2020. Disponibilizada no DOC do dia 07/10/2020.]

No mesmo sentido:

DENÚNCIA. EDITAL DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIMENTO. IRREGULARIDADES. EXIGÊNCIA DE CADASTRAMENTO EM MAIS DE UM CONSELHO PROFISSIONAL. EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SEM DEFINIÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL SEM EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. IMPROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO. EXTINÇÃO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.1. A ausência de relação do agente público com os fatos reputados irregulares enseja o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva.2. Nas hipóteses em que a atividade objeto da licitação corresponder a prestação de serviços por profissionais com carreiras regulamentadas, a exigência, como condição de habilitação, de registro ou inscrição da empresa licitante em mais de um conselho profissional, desde que devidamente justificada, não contraria a previsão contida no art. 30, I, da Lei n. 8.666/93 e no art. 1º da Lei n. 6.839/80, nem implica restrição ao caráter competitivo do certame.3. **Não sendo o objeto licitado compatível com a indicação das parcelas de maior relevância e valor significativo, é razoável que a exigência de comprovação da qualificação técnica se dê sem a**

especificação destas.4. Ao exigir, como requisito de habilitação, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação; o edital deve explicitar, com clareza, quais os serviços considerados compatíveis com o objeto a ser contratado.5. Não havendo indicação, no Termo de Referência, de serviço que dependa de capacidade técnica específica do profissional, basta a comprovação de inscrição do licitante no conselho profissional competente para que se considere igualmente comprovada a existência de profissional legalmente habilitado. [DENÚNCIA n. 1084478. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 19/08/2021. Disponibilizada no DOC do dia 30/08/2021.]

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. HABILITAÇÃO. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. IMPROCEDÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARQUIVAMENTO.1. As exigências habilitatórias, na condição de garantias mínimas do cumprimento das obrigações, devem ser interpretadas mediante juízo de adequabilidade normativa, em apreço à competitividade licitatória, à isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa.2. Afastadas as irregularidades no processo licitatório sob exame, a improcedência da denúncia é medida que se impõe, com a adoção das providências regimentais cabíveis e o arquivamento dos autos. [DENÚNCIA n. 1072610. Rel. CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO. Sessão do dia 10/08/2021. Disponibilizada no DOC do dia 09/09/2021.]

Imperioso considerar ainda, a proposta mais vantajosa, desde que a habilitação do licitante preencha condições de garantias mínimas da obrigação.

No caso em tela, esta recorrente apresentou proposta mais vantajosa ao Município, com diferença considerável de valores.

**A Sumula TCU 263 preceitua da seguinte forma:**

**SÚMULA TCU 263:** Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Vejamos qual posicionamento da jurisprudência do TJ-MG acerca do caso em tela:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA - LIMPEZA URBANA. IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS. REGISTRO DE ATESTADO PELO CREA. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-PROFISSIONAL. RECURSO PROVIDO.

- Ao dispor sobre licitações, a Constituição Federal estabeleceu que apenas podem ser exigidas pela administração pública as qualificações

técnicas que se mostrem indispensáveis ao cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 37, XXI, CF).

- Conforme dispõe a legislação do CREA e CONFEA acerca do registro de atestados, será registrado pela entidade profissional apenas os atestados relativos à capacitação técnico-profissional.

- Hipótese na qual resta demonstrada a conformidade dos documentos apresentados pelas empresas vencedoras às exigências do edital, sendo certo que, **em razão da baixa complexidade do objeto da licitação, demandar a comprovação de capacidade técnico-profissional se mostra medida excessiva capaz de impor restrição injustificada à competição no certame.** (TJMG - Acórdão Agravo de Instrumento-cv 1.0414.18.000121-9/001, Relator(a): Des. Alberto Vilas Boas, data de julgamento: 20/11/2018, data de publicação: 27/11/2018, 1ª Câmara Cível)

Vejamos a Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça:

“MANDADO DE SEGURANÇA – REEXAME NECESSÁRIO – LICITAÇÃO – INABILITAÇÃO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL – APRESENTAÇÃO DE OUTRO. TAMBÉM ADMITIDO PELO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E QUE ATENDE AO OBJETIVO DA EXIGÊNCIA – BUSCA PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO – DESPROVIMENTO. “Na espécie, não há que se falar em violação ao princípio da vinculação ao edital, porquanto a certidão apresentada satisfaz plenamente a exigência do edital, bem como atende à previsão do art. 31, II da lei nº 8.666/93. **“Não obstante o princípio da vinculação ao edital, a análise do caso concreto deve ser realizada com atenção ao princípio da razoabilidade, tendo em vista o objetivo da licitação, que é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.** “Nesse sentido “As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa”. (STJ, MS nº5606/DF, Min. José Delgado, j. 13.5.98)” (ACMS nº 2006.036473-7, Des. Francisco Oliveira Filho).

MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PROPOSTA TÉCNICA – INABILITAÇÃO – ARGUIÇÃO DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO – ATO ILEGAL – EXCESSO DE FORMALISMO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE – 1. **A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.** 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para

invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. (STJ – MS 5869 – DF – 1ª S. Relª Minª Laurita Vaz – DJU 07.10.2002) (destaques nossos).

A competição no certame não pode ser prejudicada, sobretudo quando se tem a proposta mais vantajosa para o poder público, e por ser o objeto da licitação de baixa complexidade. Ou seja, capaz de ser perfeitamente realizada com os documentos apresentados por esta recorrente.

O princípio da Razoabilidade necessita ser observado, sobretudo diante da proposta mais vantajosa e totais condições de cumprimento das obrigações do edital pelo recorrente.

#### **IV- DOS PEDIDOS**

Diante dos fatos e direitos apresentados, requer:

- 1- O acolhimento do presente Recurso Administrativo, apresentado tempestivamente;
- 2- A reconsideração da decisão, declarando a MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA habilitada a prosseguir no certame.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Itabira, 25 de novembro de 2021

---

MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA



